

De acordo com a teoria econômica ortodoxa, neoclássica, não haveria crises. Por meio do mecanismo de preços, o sistema econômico tenderia sempre ao equilíbrio. Quando o desemprego começasse a se manifestar, renunciando uma crise, os salários cairiam (dada a oferta maior que a procura) e as empresas imediatamente passariam a contratar mais trabalhadores. A taxa de juros também cairia nesse momento, estimulando os capitalistas a investir mais (já que seus lucros previstos seriam bem superiores aos juros a serem pagos). A realidade mostrou que isto não era verdade, conforme vimos nos dois últimos capítulos.

Da mesma forma, para os economistas ortodoxos, que atribuem ao mercado a capacidade mágica de tudo manter em equilíbrio, o comércio externo de um país e mais amplamente seu balanço de pagamentos tenderiam sempre ao equilíbrio. O mecanismo equilibrador, naturalmente, seria um preço (como a taxa de salários e a taxa de juros são preços): o preço das divisas estrangeiras, ou seja, a taxa de câmbio.

A taxa de câmbio é o preço da moeda estrangeira. Fala-se, geralmente, em taxa de câmbio para determinar o preço da moeda mais importante: na segunda metade deste século, o dólar. Mas, na verdade, há uma taxa para cada moeda estrangeira. A taxa de câmbio (em dólares) corresponde, estruturalmente, à relação entre os preços de determinada cesta de mercadorias básicas no Brasil (em reais) e o preço das mesmas mercadorias nos Estados Unidos (em dólares). Essa cesta de mercadorias é muito difícil de compor porque deveria corresponder a mercadorias igualmente importantes na produção nacional dos dois países. Composta a cesta, se esta custar 120 reais no Brasil e 100 dólares nos Estados Unidos, a taxa de câmbio deveria ser basicamente 1,20 reais por dólar. Se a inflação for maior no Brasil do que nos Estados Unidos, o preço da cesta brasileira de mercadorias aumentará mais depressa do que o preço da norte-americana, e a taxa de câmbio deverá ir aumentando, digamos para 1,30 e 1,40, o que significa que o real estará desvalorizando-se.

A taxa de câmbio efetiva flutua em torno dessa taxa básica, em função da oferta e da procura. A oferta de moeda estrangeira aumenta basicamente

quando aumentam as exportações, e a procura, quando aumentam as importações. Nos países subdesenvolvidos (e, em grande parte, também nos desenvolvidos), a taxa de câmbio tende a ser controlada pelo Governo. De acordo com os economistas ortodoxos, entretanto, isto não seria necessário. O mercado deveria regular também a taxa de câmbio.

Quando as importações fossem maiores do que as exportações, o real tenderia a se desvalorizar em relação às demais moedas estrangeiras, ou, para simplificar, em relação ao dólar. Desvalorizando-se o real, as mercadorias importadas ficariam mais caras, o que desestimularia sua importação, enquanto as empresas exportadoras teriam maiores lucros e, portanto, maiores oportunidades de exportar. Aumentariam assim as exportações, diminuiriam as importações, e estaria equilibrada a balança comercial.

O balanço de pagamentos é uma conta mais complicada. Do lado das despesas, é preciso somar, às importações de mercadorias, os pagamentos de fretes, seguros, despesas de turismo, os juros pagos, as remessas de patentes (*royalties*), assistência técnica e os lucros das empresas multinacionais. Do lado da receita, é preciso somar, às exportações de mercadorias, as entradas de investimentos estrangeiros, além das receitas provenientes dos mesmos itens acima enumerados, que no caso do Brasil são muito pequenas, exceto para o turismo. A diferença entre as duas somas será o déficit ou saldo do balanço de pagamentos, que terá de ser coberto por diminuição (ou aumento) de reservas (ouro e divisas estrangeiras) ou por aumento (ou diminuição) do endividamento externo.

O equilíbrio do balanço de pagamentos, como da balança comercial, ocorreria automaticamente por meio das variações na taxa de câmbio.

Infelizmente, não é assim que acontece. Todas as tentativas de deixar a taxa de câmbio dos países subdesenvolvidos ao sabor do mercado tiveram sempre as mais desastrosas conseqüências. Hoje ninguém mais advoga uma taxa de câmbio livre. O que se pretende é uma taxa de câmbio realista, que possa sofrer alguma flutuação em função do mercado, mas que seja firmemente controlada pelo Banco Central.

O livre-cambismo foi basicamente uma ideologia anti-industrializante, adotada pela oligarquia agrário-mercantil aliada ao imperialismo inglês, no período primário-exportador. Tinha como base a lei das vantagens comparativas do comércio internacional, apoiada no princípio “natural” da divisão internacional do trabalho entre países industrializados e primário-exportadores. Esse livre-cambismo foi liquidado com a tese de Prebisch, ou seja, com a teoria da troca desigual no comércio internacional, que justificou teoricamente a necessidade de proteção tarifária (e cambial) à indústria local.

Mas o livre-cambismo falhou por um segundo motivo: há uma tendência nos países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil, ao desequilíbrio de seu balanço de pagamentos e ao endividamento externo crescente. Não há taxa de câmbio desvalorizada que impeça que essas tendências ocorram.

A razão mais geral para isto é a de que nestes países, se eles são dinâmicos e estão procurando recuperar o atraso, a taxa de lucro tende a ser maior do que nos países centrais. Em consequência, é possível aos países subdesenvolvidos apresentarem uma taxa de juros maior do que a prevalecente nos países desenvolvidos. Nestes termos, os capitalistas locais ou as empresas multinacionais aqui instaladas terão interesse em tomar emprestado internacionalmente o mais possível, dados os altos lucros previstos, e os bancos internacionais estarão interessados em realizar os empréstimos, dados os altos juros recebidos. O desequilíbrio no balanço de pagamentos é inevitável.

Vale observar que a taxa de lucros tenderá a ser mais alta na economia brasileira não apenas porque o capital é escasso, mas, principalmente, porque a força de trabalho é abundante e barata. Por outro lado, a taxa de juros também será alta porque, como ensina Marx, os juros não são outra coisa senão a parte da mais-valia que os capitalistas ativos (empresários) pagam aos capitalistas-rentistas pelo uso do seu capital. É isto que leva a taxa de juros a tender a ser menor do que a taxa de lucro e, em geral, a acompanhar suas flutuações a longo prazo.

No caso do modelo de subdesenvolvimento industrializado, que caracteriza o Brasil desde os anos 50, essa tendência ao desequilíbrio externo é ainda mais acentuada por outra razão: embora não sejam importados, mas produzidos localmente, os bens de consumo duráveis possuem alto coeficiente de importações. Isto significa que, para produzir localmente um automóvel ou um televisor em cor ou um aparelho de som, é necessário importar uma grande quantidade de insumos. Por outro lado, a produção de bens de consumo de luxo, em que se baseou o modelo de subdesenvolvimento industrializado, destina-se primordialmente ao mercado interno; apenas marginalmente à exportação.

É fácil compreender, então, por que nos anos 70 a economia brasileira passou a apresentar não apenas déficits em sua balança de transações correntes (o que é normal, dada a necessidade de pagar juros sobre a dívida externa, remessas de lucros sobre investimentos das multinacionais, fretes, seguros etc.), mas também déficits em sua balança comercial (o que é inconcebível para um país subdesenvolvido).

Quadro XV: O Desequilíbrio Externo

Ano	Exportações (US\$ milhões)	Importações (US\$ milhões)	Saldo (ou déficit comercial)	Saldo (ou déficit) em transações correntes	Dívida externa líquida	Dívida/ exportações
1970	2.738,9	2.506,9	232,0	-562,0	4.108,5	1,50
1975	8.669,9	12.210,3	-540,4	-6.712,4	17.130,9	1,98
1980	20.132,4	22.952,2	-2.822,8	-12.807,0	46.934,9	2,33
1985	25.639,0	13.151,0	12.488,0	-700,0	94.643,0	3,70
1986	22.351,0	14.044,0	8.307,0	-4.476,0	104.284,0	4,70
1987	26.224,0	15.016,0	11.208,0	-1.436,0	113.715,0	4,30
1988	33.789,0	14.527,0	19.262,0	4.175,0	104.329,0	3,10
1989	34.383,0	18.266,0	16.117,0	1.033,0	105.417,0	3,10
1990	31.410,0	20.661,0	10.749,0	-3.782,0	113.466,0	3,60
1991	31.620,0	21.041,0	10.579,0	-1.407,0	114.504,0	3,60
1992	36.148,0	20.540,0	15.608,0	6.143,0	112.195,0	3,10
1993	38.592,0	25.467,0	13.125,0	-637,0	113.515,0	2,90
1994	43.579,0	32.656,0	10.923,0	-1.592,0	109.489,0	2,50
1995	46.506,0	49.860,0	-3.354,0	-17.972,0	107.416,0	2,30
1996	47.746,0	53.285,0	-5.539,0	-21.707,0	118.021,0	2,50

Fonte: Banco Central do Brasil.

É fácil também entender por que é correto afirmar que o Brasil, conforme mostra o Quadro XV, endividou-se de maneira explosiva nos anos 70 e na primeira metade dos anos 80, tornando a relação dívida líquida/exportações cada vez maior (dívida líquida é igual à dívida externa total menos as reservas em ouro e moeda estrangeira). Nos anos 70, o endividamento derivou de uma política deliberada do governo; na primeira metade dos anos 80, da elevação brutal dos juros internacionais. Em qualquer hipótese, todo esse endividamento, que megulhava o país na crise fiscal, serviu em grande parte para comprar coisas inúteis aos trabalhadores. Importavam-se, sem dúvida, matérias-primas e máquinas e não bens de luxo, mas esses insumos eram em seguida utilizados para a produção daqueles bens de luxo para consumo da burguesia e da média e alta tecnoburocracia.

A relação dívida externa líquida/exportações é um indicador da capacidade de pagamento das dívidas de um país. O índice 2 é freqüentemente considerado um limite. Desde 1977, esse limite foi ultrapassado, revelando o sério problema representado pelo endividamento externo brasileiro. A única forma de voltarmos a melhorar essa relação é obtermos saldos em nossa balança comercial.

Em meados dos anos 90, a economia brasileira voltou a apresentar elevados déficits em transações correntes. A relação dívida externa/exportações está novamente aproximando-se do valor limite. A causa dessa deterioração recente das contas externas brasileiras foi o aumento das importações ocorrido após o Plano Real. As importações já vinham aumentando desde o início dos anos 90 em decorrência da abertura comercial. Tiveram novo impulso com o aumento do consumo interno ocasionado pela estabilização da inflação e pela valorização da moeda local.